



SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA SEÇÃO SINDICAL DE SANTA ROSA DO SUL

ATA 003/2017 – Assembleia

Conforme edital de convocação, aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e dezessete, às doze horas e trinta minutos, em segunda chamada, reuniram-se em Assembleia Geral Extraordinária, no auditório 01 do Campus Santa Rosa do Sul, a Diretoria e demais sindicalizados do SINASEFE para tratar da seguinte pauta: **a)** repasse, pelos participantes, das atividades desenvolvidas no curso de formação política em Camboriú; **b)** panorama nacional em relação aos servidores federais, discussão e deliberação sobre atos e mobilizações; **c)** informes, discussão e deliberação sobre plano de saúde, com os seguintes tópicos: servidores inadimplentes e o valor da dívida individual; formas legais de cobrança dos inadimplentes (negociação amigável, cobrança por protesto, cobrança judicial); suspensão do plano enquanto durar a inadimplência e perda de carências no retorno; negociação com a Caixa Econômica Federal, resultando em redução do valor dos boletos de cobrança; **d)** discussão e deliberação sobre a participação em atividades de representação do sindicato por servidores em débito com o Plano de Saúde; **e)** confraternização em alusão ao aniversário da seção sindical (22 anos), com os seguintes tópicos: confirmação de data; tipo e forma de evento (deliberação quanto ao local e horário); deliberação quanto aos valores de investimento para o ato; deliberação quanto a entrega de presentes (brindes do aniversário) para todos os filiados; **f)** outras pautas que forem indicadas pela assembleia. Ao iniciar a assembleia o Coordenador-geral da Seção Santa Rosa do Sul, Antonio Marcos Marangoni deu boas vindas aos presentes e apresentou a pauta da convocação, já descrita. Abrindo a pauta, informou que os colegas Israel, Gerson e Danilo, conforme deliberado em assembleia, representaram nossa seção sindical no curso de formação política “Como Funciona a Sociedade I”, ocorrido na cidade de Camboriú, Israel e Gerson apresentaram para a assembleia um breve relato do curso, ressaltando que no segundo semestre do ano deve ocorrer o segundo módulo e que seria importante a presença de mais colegas neste tipo de curso. No segundo ponto de pauta Marangoni informou que ocorreu no último final de semana (25 e 26/03) reunião da Direção Nacional do SINASEFE que aprovou Resolução chamando a categoria para mobilizações no dia trinta e um próximo e para participação na grave

geral marcada para o dia vinte e oito de abril. Foi oportunizada a palavra aos colegas da assembleia, entre outras manifestações, o professor Gerson acredita que devemos nos mobilizar para não perder direitos já conquistados, Patrick, defende que precisamos nos mobilizar para uma boa atividade no dia vinte e oito de abril, pois estamos a menos de dois dias para organizar alguma coisa em relação ao dia trinta e um, algo que fica inviável. A proposta do professor Patrick foi debatida e a assembleia concluiu que no próximo período a direção deve instrumentalizar a base para fortalecer o debate, assim, foi aprovada por unanimidade a indicação para que seja financiada a vinda de um membro da direção nacional do Sindicato e/ou de pessoas com clareza técnica para contribuir com os debates e com a construção da mobilização de uma possível paralização no dia vinte e oito de abril. Outro ponto levantado foi a deliberação por parte do MEC de tornar sem efeito o ofício circular 001/2005, que até então vinha sendo utilizado como referencial para regulamentação da descrição dos cargos do PCCTAE. Marangoni informou não ter mais informações além das que são de conhecimento público, mas que acredita que a revogação deste instrumento, mesmo não sendo o mais adequado, pode representar riscos na construção das carreiras e principalmente na suspensão dos concursos, já que não existe mais descrição de atividades para vários cargos técnicos. Krause disse que um ofício não poderia ter validade legal e que é necessário outro instrumento para regulamentar o Plano de carreira dos técnicos. Professor Emerson, analisa que tudo isso é uma estratégia a forçar a terceirização dos TAEs e professores. O professor José Wilson, solicitou esclarecimento sobre informações de que colegas estão recebendo algum valor em relação a uma ação judicial. Marangoni relatou que a assessoria jurídica encaminhou e-mail, informando que houve a emissão de alvará para pagamento de parcela residual do processo de correção de 28%, disse que na mensagem os advogados informam que *“temos conhecimento de que pode haver atraso na liberação dos valores pois a CEF e a Justiça Federal não estão se entendendo quanto a correção dos valores, pois o alvará foi emitido antes do depósito o que gera uma correção monetária dos créditos, em função disso a CEF não quer arcar com esse prejuízo”*. O terceiro ponto de pauta foi em relação às questões do Plano de Saúde São José, que foi encaminhado da seguinte forma, o Coordenador-geral apresentou um quadro financeiro individualizado dos devedores e relatou que são trinta e oito servidores que devem ao sindicato o valor de R\$ 60.988,10 (sessenta mil, novecentos e oitenta e oito reais e dez centavos), referente ao Plano de Saúde e que estas dívidas são

referentes aos anos de 2011 a 2017, mas pode ser percebido que o maior valor de inadimplência está concentrado nos últimos anos. O colega Patrick, registrou que quando esteve a frente do controle do Plano de Saúde fazia inúmeros contatos com os devedores e conseguiu êxito em muitas negociações. Marangoni, retomando a palavra disse que não é a intenção da direção expor nenhum colega, mas que está buscando mecanismos para cobrar dos devedores. Informou que em 2014 foi aprovada em assembleia uma resolução que autoriza excluir do plano os servidores que estão em débito e questionou à assembleia se deveria ser feita a exclusão de imediato ou poderia se dar um tempo para tentar algumas negociações. Foi aprovado pela assembleia com treze votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, que os devedores devem ser procurados pela direção, informados das dívidas e estes poderão negociar suas dívidas até o dia trinta de abril de dois mil e dezessete, depois desta data a direção deve encaminhar o cancelamento dos planos de saúde destes colegas. Marangoni lembrou ainda, que segundo os representantes do Plano de Saúde São José, quando for feito um cancelamento, para o servidor ou dependente retornar ao plano, este deve cumprir todas as carências. Marangoni informou que esteve com os Gerentes da Caixa Econômica Federal, banco que gera os boletos para o plano de saúde e disse que por uma alteração do sistema bancário ocorrido em meados de dois mil e quinze, que extinguiu a modalidade de cobrança simples, hoje os boletos do plano podem ser protestados em cartório, informou ainda que já esteve com o tabelião do cartório em Santa Rosa do Sul e este repassou os procedimentos para protesto dos boletos. Com estas informações, solicitou aprovação da assembleia para firmar convênio com o cartório para executar o protesto dos boletos a um custo que pode ser de até R\$ 6,00 (seis reais) por boleto dependendo do valor para protesto, a ser pago pelo sindicato e as custas de protesto serão de responsabilidade do servidor protestado, quando este fizer a quitação no cartório. Em regime de votação com onze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, foi aprovado o convênio e o protesto dos devedores. O professor Patrick questionou qual seria o prazo para negociação antes do protesto e Marangoni registrou que segundo a Resolução 001/2014 do sindicato, o protesto pode ocorrer depois de dois meses de atraso. Passando para o quarto ponto de pauta, Marangoni solicitou à assembleia que aprovasse uma resolução para que os filiados que estão em débito com o Plano de Saúde não sejam liberados para participar de atividades de representação do sindicato, onde o sindicato deve custear despesas do mesmo. Patrick usando a

palavra disse que isso já foi discutido em outra oportunidade e assim foi definido. Marangoni solicitou que fosse votada uma resolução para ficar entendido por todos, que quem tem dívida com o sindicato não pode ser custeado por este para participar de eventos, viagens ou cursos de qualquer natureza. Em tendo concordância de todos os presentes foi chamada a votação que resultou em onze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, para que não seja liberado pelo sindicato filiado que esteja com dívidas com o sindicato. O quinto ponto de pauta, tratou do aniversário da seção sindical no próximo dia vinte e cinco de abril, Marangoni disse que este tema já foi pauta da assembleia anterior, realizada dia seis deste mês, mas como estavam presentes poucos servidores, a direção do sindicato optou por trazer novamente a discussão para aprovação por um número maior de filiados. Dessa forma disse querer ouvir da assembleia se existe ou não interesse que seja feita uma confraternização em alusão a data e que conforme discussão da assembleia anterior, a melhor data seria seis de maio, pois nos finais de semanas anteriores tem feriadão e durante a semana ficaria difícil para os colegas que trabalham no período noturno. Foi aprovado por onze votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, que seja feito um jantar no dia seis de maio com as mesmas regras aprovadas para a confraternização que ocorreu em novembro do ano passado. O colega Israel solicitou que a assembleia autorizasse a direção a proporcionar a entrega de um brinde de aniversário a todos os servidores, Marangoni completou a proposta dizendo que o brinde seria entregue a todos os filiados, independente de estar ou não na confraternização. Foi aprovado com onze votos a favor, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, que a direção organize a entrega no evento de confraternização e que este tenha um custo estabelecido em torno de setenta reais. A direção ficou com a responsabilidade de selecionar as possibilidades e definir o brinde. Nada mais havendo a tratar o Coordenador lembrou que está convocada assembleia para amanhã dia trinta, às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos no Campus Avançado Sombrio, com a mesma pauta e que serão somados os votos de todos para estabelecer a decisão da maioria dos servidores em assembleia. Eu Israel Vasconcelos Cardoso, na função de Secretário, lavro a presente ata que segue assinada por mim, pelo Coordenador-geral e demais presentes, conforme lista de presença, no livro de presença.

Transcrição de ata lavrada e assinada em livro próprio.